

# TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS E URBANAS NO NORTE DO PARANÁ: O CASO DO DISTRITO DE WARTA.

Marcel Saab Rodrigues Manaia  
AGB – Londrina  
Universidade Estadual de Londrina  
Graduando em Geografia – Bolsista CNPQ  
e-mail: marcelbiriba@hotmail.com

## Resumo

Este trabalho discute a transformação que sofreu a estrutura agrária do norte do Paraná, após a inserção da tecnificação do campo, que alterou tanto a paisagem do campo, como as relações de uso de terra e trabalho. A discussão da modernização do campo explana os abalos socioeconômicos das populações afetadas, junto a interface campo/cidade do Distrito Warta, do município de Londrina-PR, para isto sendo discutido e dialogado junto a diversos autores a conceituação de Distrito como rural ou urbano e compreendendo a dinâmica de suas transformações recentes.

**Palavras chave:** urbano-rural, tecnificação do campo, mudança da paisagem agrícola, desigualdade social, concentração de terras.

## As transformações do Norte do Paraná

Este trabalho é oriundo de um Projeto de Iniciação Científica em andamento que tem como objetivo discutir os desdobramentos das transformações agrárias no norte do Paraná após a emergência da tecnificação no campo, mais precisamente na interface campo/cidade do Distrito de Warta, localizado no município de Londrina.

Londrina é uma cidade de médio porte localizada na Região Sul do Brasil, apresenta uma população de aproximadamente 500 mil habitantes (IBGE), sendo considerada uma metrópole regional devido sua importante hinterlândia.

Para compreender as transformações ocorridas no Norte do Paraná se faz necessário entender, a priori, a gênese do povoamento e conseqüente formação das cidades desta região que, segundo a análise de Fresca (2004), divide-se em três momentos.

O processo de gênese das cidades no norte do Paraná é dividido em três partes segundo análise de Fresca (2004). A primeira etapa (1850 a 1899) é caracterizada pela ocupação mais efetiva na porção extrema do leste do norte do Paraná através das grandes posses lideradas por mineiros que praticavam a agricultura de subsistência e criação de suínos. Neste período, a fundação de cidades estava vinculada a fazendeiros que cediam parte de suas terras ao futuro núcleo urbano com presença também do Governo Imperial através da fundação de núcleos estrategicamente localizados, por exemplo, a Colônia Militar de Jataí às margens do rio Tibagi.

A segunda etapa (1900 a 1929), com a ocupação avançando em direção ao oeste é caracterizada pela cafeeicultura sendo o elemento indutor da frente pioneira através de grandes fazendas cafeeicultoras com base no colonato, sendo cidades características deste período, Sertanópolis, Alta Sorocaba, Primeiro de Maio, etc. Pertencem a este

período também, as primeiras iniciativas de colonização e fundação de cidades através de loteamentos estruturados a partir da concessão de terras, em que a gênese das cidades esta relacionada aos concessionários que previamente criaram a planta urbana e a divisão em datas, tendo como sidas criadas, Faxinal, Campo Mourão, Manoel Ribas, entre outros.

A cidade de Londrina, conforme a autora expõe, teve sua gênese em 1929 sendo caracterizada pela ocupação de uma fase vindoura, ou seja, a partir dos grandes projetos de loteamentos, sendo um marco da nova etapa.

A terceira etapa, que vai desde 1930 corresponde ao período de ocupação e fundação de cidades lideradas por companhias imobiliárias, tendo como principal exemplo, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Este período é caracterizado pelo predomínio absoluto e relativo das pequenas e médias propriedades, sendo a fase de concretização da pequena produção mercantil no norte do Paraná.

A última etapa de ocupação que ocorre após 1945 sob a égide da iniciativa privada e continuidade da ação do estado, sob ação principalmente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) proliferaram as companhias loteadoras e a fundação das cidades, apresentando como algumas cidades desta época, Cianorte, Umarama, entre outras. A pequena produção mercantil, como trabalha Fresca (2004) ainda era a força socioeconômica deste período, porém, a partir da Segunda Guerra Mundial, a ocupação teve apoio principal nas estradas de rodagens.

O Distrito de Warta, tal como o núcleo urbano central, foi implantado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a empresa responsável pelo loteamento das terras na região. Em 1932, a Companhia imobiliária divulgou folhetos que falavam sobre a fertilidade de suas terras e facilidade de acesso, fazendo com que, principalmente, poloneses que viviam em Santa Catarina, se deslocassem nos anos de 1937 para o local e logo em seguida fundassem o Distrito em 1953, ocupando pequenas propriedades com policultura.

Com relação à estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos municípios, no ano de 1960 os pequenos estabelecimentos rurais do norte do Paraná (com até menos de 100 hectares) perfaziam 94,51% do total numérico, com áreas representando 48,83% do total. Os médios estabelecimentos rurais (entre 100 e menos de 500 hectares) representavam 3,9% do total numérico, e com áreas correspondentes a 24,02% do total de terras com uso agropecuário no norte do Paraná. Já os grandes estabelecimentos (superiores a 500 hectares) representavam 23,03% do total.

Deste modo, a estrutura dimensional dos anos de 1960 demonstravam a importância dos pequenos estabelecimentos rurais, tanto com relação numérica como territorial, atingindo quase metade da área total do norte do Paraná, enquanto por outro lado, os grandes possuíam menos destaque não muito relevante.

A produção agropecuária era caracterizada pela diversidade de cultivos, com destaque ao café, cujos percentuais eram bastante elevados. “Dos 98 municípios que compunham a rede urbana em 1960, 36 tinham mais de 50% de suas terras de uso agropecuário destinado ao café e 34 municípios apresentavam percentuais entre 30 e 50%” (FRESCA, 2004, p. 52).

A produção total de café no norte do Paraná segundo a autora, era de 1.617.923 toneladas ou 98,84% do total da produção do estado e foi garantida elevada, mesmo após a Grande Guerra devido a uma série de acontecimentos impulsionadores de preço como, o reaquecimento do mercado consumidor europeu e norte americano, a criação, em 1952 do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e ainda as geadas em 1953 que aumentaram o preço da cultura e fizeram com que o Paraná torna-se o centro dinâmico

da cafeicultura e a região brasileira mais produtora de café dos anos de 1960, deslocando São Paulo de sua posição hegemônica.

A área de pastagens em 1960 era predominantemente, segundo a autora, direcionada para a criação de bovinos, em que o norte do Paraná correspondia a 53,51% do total do plantel do estado com uma área de 887.985 reses.

Já as áreas ocupadas com culturas temporárias eram caracterizadas predominantemente pela produção, em 1960, de arroz com 73,47% e feijão com 51,09% do total da produção do estado. E o milho e o algodão, segundo a autora, representavam respectivamente 35,65% e 97,82% da produção paranaense.

A autora explana que na divisão territorial do trabalho dos anos próximo as 1960, o norte do Paraná produziu gêneros alimentícios e matérias-primas ao mercado nacional, tanto urbano ou industrial e produziu café para a exportação, cuja receita destinava, em partes, os investimentos a industrialização, mesmo durante o período de substituição das importações, esta região continuou com este processo produtivo.

A população do norte do Paraná em 1960 representava 56,46% da população total do estado, sendo de 4.277.763 (IBGE, 1960). Já no caráter da distribuição populacional é ressaltado pela autora que cerca de 78,12% correspondendo 1.939.705 habitantes representavam a população rural, com exceção apenas do município de Londrina com taxa de urbanização de 57,40% enquanto que para as demais cidades a taxa era de cerca de 22%. Essa distribuição está intrinsecamente relacionada ao predomínio de uma economia assentada nas atividades agropecuárias, contribuindo ainda o fator de que a produção era praticada predominantemente pela mão-de-obra familiar, já que em 1960 a presença e frequência de máquinas, implementos agrícolas era muito baixa requisitando elevada mão-de-obra.

Porém estes aspectos e números se modificariam no período de passagem da década de 1950 para 1960, quando ocorreu no Brasil uma série de alterações na política agropecuária, vinculados dentre outros, ao processo de industrialização e à nova dinâmica de inserção do país no comércio internacional.

Fresca expõe que o café nesta época era o mais importante produto agrícola na pauta das exportações brasileiras, em que a participação do norte-paranaense correspondia no final dos anos de 1950 a 46% do total nacional.

Porém, após a Segunda Guerra com a proposta brasileira de industrialização e modernização da agricultura preconizada por Getúlio Vargas, desde os anos 1950, o Brasil inicia projetos de erradicação do café, propostos pelo IBC em 1959, mas somente concretizados em 1961, quando os estoques se avolumaram e os preços internacionais rebaixaram, com a criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

Conforme análise de FRESCA (2004) junto a STOLCKE (1986), os objetivos do programa eram, eliminar os pés de baixo rendimento, destinar a terra liberada a um outro uso, com priori a culturas alimentares e matérias-primas industriais e modernizar das plantações cafeeiras restantes, para uma inserção cada vez mais brusca de máquinas e insumos no campo.

Além disto, o GERCA não permitia a livre escolha das culturas substitutivas e somente o IBC as autorizava, sendo a pastagem a opção preferencial mais aceita, seguindo do milho, do algodão, do feijão, do trigo, e intensamente da soja.

Com a finalidade de colaborar com o estado do Paraná no reerguimento da sua agricultura, seriamente afetada com as ocorrências da geada e seca, procurou o GERCA dar início a um programa de diversificação da monocultura cafeeira, através do

incentivo à soja. (Relatório do GERCA apud CARVALHO, 1991, p. 83).

Este plano foi tão expressivo para a modificação do painel agrícola não apenas do Paraná, mas do país como um todo, fazendo com que o total de exportação de café do país, caísse de 60% em 1950 a 13% em 1980, como explana Carvalho (1991).

Há de se levar em conta também, que sucessivamente a estes planos governamentais, ocorreu inúmeras geadas, algumas seguidas de secas, sendo as mais conhecidas de 1966 e 1975, vista por alguns pequenos proprietários, como o ultimato para a produção de café.

Paralelamente a estes acontecimentos, é necessário expor a importância do Estatuto da Terra na desarticulação dos grandes proprietários com os colonos. Havia entre os proprietários a alegação de que o café não trazia renda suficiente para suprir os gastos que derivavam dos direitos trabalhistas pagos aos trabalhadores rurais.

É expressiva assim, a substituição do trabalho do colonato, pelos trabalhadores rurais diaristas, ocorrendo à consolidação dos “bóias-frias” como os dominantes no processo produtivo. Como se sabe, os trabalhadores rurais diaristas recebiam e recebem até hoje as menores remunerações, mesmo sendo os personagens agrícolas que mais expressam seu trabalho em tempo e intensidade.

Deste modo, no período de 1960 a 1970, época de modificação da paisagem agrícola do Norte do Paraná, as principais alterações seriam:

O reagrupamento de estabelecimento quando da substituição de cafezais por pastagens, a subdivisão de estabelecimentos quando do cultivo do algodão com base na parceria e, a incorporação de novas áreas agrícolas formando novos estabelecimentos que se somaram àqueles que não sofreram alterações significativas no uso do solo”. (CODESUL/IPARDES, apud CARVALHO, 1991, p.80).

Além da modificação da paisagem visível e perceptível do Norte do Paraná, a modernização tecnificada do campo, alterou as características presentes no âmbito sócioeconômico da população residente e intrinsecamente ligada ao campo.

A distribuição social setorial e espacial dos incentivos, como expõe Martine (1991), ocorreu de maneira desigual e concentradora provocando uma maior divisão social do trabalho, aumentando o número de maiores propriedades em melhores localidades, fazendo com que estas tivessem acessos aos subsídios, tecnologia e assistência técnica, com o objetivo de produzir para a exportação. Enquanto que, do outro lado, os pequenos produtores agrícolas, menos capitalizados, foram relegados a terras menos produtivas, com menor fertilidade, utilizando as práticas que eram acessíveis e mão-de-obra familiar para a produção de um pequeno percentual de excedente, comercializado nas regiões urbanas, a preços baixíssimos, devido ao baixo poder de compra desta população.

Não há dúvida de que o aumento da produção e da produtividade é uma característica intrinsecamente ligada à industrialização do campo, a modernização das técnicas utilizadas. Porém deve-se levar em conta que devido a esta concentração, e a má distribuição dos benefícios, não houve a melhoria na condição de vida das populações humildes.

A modernização perversa conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento produtivos, porém manteve elevados níveis de pobreza absoluta, acarretando na continuidade de reprodução de populações miseráveis, acentuando intensamente a má distribuição de renda.

A autora explana que a partir da modernização do campo, a produção tornou-se menos dependente de recursos naturais e da força de trabalho, ampliando a produção agrícola de gêneros alimentícios e, principalmente, de matérias-primas. Porém, o aspecto da produção agrícola é intensamente refutado por Oliveira (2003), que mostra o quanto o novo padrão tecnológico deixou intocado o princípio da apropriação de terras com fins especulativos, já que a modernização do campo não garantiu ao país soberania alimentar, ao contrário, uma vez que a produção interna de alimentos não tem sido suficiente para suprir a demanda.

Isso se deve a uma situação em que é o campesinato o responsável pela produção de alimentos, ainda que sua “eficiência produtiva” seja afetada pela pequena parcela de que dispõe, bem como do acesso limitado ao crédito e assistência técnica.

Em outras palavras, para Oliveira (2003) o pequeno produtor, que insere menores quantidades de insumo e maquinário devido suas condições financeiras, são os que mais geram empregos no campo, os que mais produzem em volume da produção e por sua vez geram mais renda no campo.

Enfim a terra nas pequenas unidades de produção é apropriada com fins produtivos, por isso intensamente ocupada. Logo, elas são também, grandes consumidoras de produtos de origem industrial. Ao contrário, a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem-se em reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. Estes latifundiários não são pessoas estranhas ao capitalismo, ao contrário, a maioria das grandes propriedades no Brasil, está em mãos de grandes empresas industriais, financeiras e de serviços, e muitas vezes, em nomes de seus familiares. Portanto, quem de fato gera emprego no campo são as pequenas unidades, acompanhadas de perto pelas médias. Então, no discurso, os grandes proprietários usam o agronegócio para encobrir suas terras improdutivas”. (OLIVEIRA, 2003, p. 134)

Em relação à cafeicultura paranaense, houve uma modificação no regime de trabalho e posse das áreas de café, como discute Carvalho (1991) onde os proprietários alteram-se de 81,1% em 1960 para 63,24% em 1970, enquanto que, os arrendatários, crescem de 17,4% de 1960 para 34,1% em 1970. Crescendo também o número de parceiros presentes nas grandes e médias propriedades, enquanto os pequenos proprietários mantêm esta relação de trabalho, agregando também a força de trabalho familiar.

Os colonos entre os trabalhadores das propriedades cafezeiras eram vistos como os mais numerosos, o que mostra a presença de médios e grandes proprietários ligados a cafeicultura nos anos 60, representando 29% da população ativa na cafeicultura, seguidos dos parceiros, com 26%, e do trabalho familiar com 20%. Os diaristas representavam 10% da população ativa na cafeicultura, porém eram os que mais trabalhavam, sendo que um terço da força de trabalho, era realizada pelo trabalho volante.

Sendo assim, os parceiros foram os principais atingidos pelas mudanças agrícolas do Norte do Paraná, devido à desativação da lavoura cafeeira em favor da intensa expansão da pecuária, juntamente, com a expansão perceptível das lavouras mecanizadas.

Estas mudanças foram responsáveis por uma eliminação de grande parte dos postos de trabalho, acarretando em uma expulsão de um expressivo contingente de pessoas, um esvaziamento do campo, não só na Região em questão, como em todo o país. Sendo que, com o processo de modernização, quase 30 milhões de moradores

rurais brasileiros se mudaram para as cidades, de 1960 a 1980 como é exposto por Martine (1991).

De modo geral, segundo Fresca (2004) a modernização gerou três setores principais, quanto à área ocupada, valor econômico gerado e volume de produção. A soja-trigo com forte incremento a partir de 1970, tanto em volume como em área ocupada; a pecuária, de rápida implantação e com baixos custos, e o setor sucro-alcooleiro, muito favorável no período após 1960, com direcionamento voltado ao álcool, a partir de meados dos anos de 1970, vinculado ao PROALCOOL.

Com o início do processo de modernização da agropecuária, que provocou uma intensa, mas não absoluta desestruturação daquela base social e produtiva, substituída por outra, a dinâmica populacional passou a apresentar outro comportamento, como pode-se ver ao longo da década de 1970 até 1980 em que:

“[...] A população total do norte do estado teve um crescimento negativo, com uma perda absoluta de 456.107 habitantes. As razões estavam no esgotamento da fronteira agrícola; nas alterações da agropecuária, nas quais os aspectos mais cruciais à expulsão da população rural eram a concentração da propriedade da terra, através da eliminação ou diminuição dos estratos mais baixos em termos de área (hectares) na estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, com tendência à concentração nos estratos superiores; na substituição de lavouras permanentes e gêneros alimentícios por pastagens ou culturas mecanizadas que não demandavam força de trabalho em escala ampla; no difícil acesso ao crédito rural pelos pequenos proprietários como recurso para suas inserções em produções modernas; no profundo atrativo que as cidades exerciam, já que ofertavam condições de vida melhores do que no campo como a infraestrutura – água, luz, saneamento básico, educação, saúde – e até certo ponto empregos”.(FRESCA, 2004, p. 222-223).

Paralelamente ocorreu e ocorre ainda a presença da agricultura tradicional, constituída de pequenas propriedades pautadas no trabalho familiar, devido ao processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, que sujeita a renda da terra e o campesinato, conforme indica Oliveira (1990).

### **O Distrito de Warta: Rural ou Urbano**

A discussão conceitual da delimitação e classificação do rural e urbano, discutida por diversos autores da Geografia, é pertinente a este Trabalho para a compreensão de como deve ser entendido e analisado o Distrito pertencente à Londrina, Warta.

Warta localiza-se a 23 km da sede municipal de Londrina, com uma área de 27,73 km<sup>2</sup> e população de cerca de 1497 habitantes, que apresenta grandes vínculos com o campo, pois a ocupação, da grande maioria da população, refere-se ao trabalho relacionado ao campo.

Se recorrermos aos conceitos de Abramovay (2000) este Distrito, apresentar-se-ia como um local rural, com respectiva população rural, pois analisando, este autor, estudos internacionais, sintetiza a conceituação de rural com base em três aspectos, que seriam a relação com a natureza, à importância das áreas não densamente povoadas e a relação das cidades. Argumenta o autor que a ruralidade, não é um conceito de ordem

setorial, mas sim, de natureza territorial, pois há a presença de atividades, que anteriormente eram exclusivamente rurais, como a agricultura, em espaços urbanos e atividades com características urbanas como as industriais, no campo.

Utilizando a análise de Abramovay (2000), Warta seria considerado essencialmente rural, pois não se encontra com as características necessárias para suprir os três aspectos básicos de consideração do espaço de sua sede, como urbana.

Igualmente, em concordância a esta análise, levando em consideração, aspectos como, o tamanho populacional, a análise da densidade populacional, que constitui um critério de suma importância para a diferenciação de conceituação entre o rural e o urbano, por explicar a intensidade de ação antrópica no local, e da localização dos respectivos municípios para classificação de ruralidade, Veiga em “cidades imaginárias” (2003), apresenta apoio a Abramovay, na discussão de que, na realidade o Brasil, seria mais rural do que se imagina.

Para Veiga, municípios com até 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por km<sup>2</sup>, considerados atualmente como cidades de pequeno porte, e Distritos, como o de Warta, seriam assim, semelhantes às cidades de 50 a 100 mil habitantes com a mesma densidade, como áreas rurais. Sendo assim, 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% da população, são segundo Veiga (2003) essencialmente rural.

Porém, é importante salientar, como trabalha Marques (2002) que a questão discutida por Eli da Veiga, da relevância de propor uma conceituação de rural e urbano mais adequado para nossa realidade espacial, esta intensamente relacionada, a uma perspectiva econômica e não dá relevância aos aspectos da problemática social envolvida nas atuais mudanças ocorridas nestes dois espaços territoriais.

“De maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de continuum. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana” (MARQUES, 2002, p. 100).

Concordando com a análise de Paulino (2007), saliento que se levássemos em conta esta conceituação do autor, assim como a de Abramovay (2000), acabaríamos nos posicionando contra a tese de urbanização do campo, tese a qual, é oriunda da discussão de que a cidade seja o lócus de equipamentos e serviços públicos de suma importância para as áreas que há concentração populacional. Deste modo, o campo seria o oposto de tal classificação, sendo o local de ausência desses serviços e equipamentos, na maneira que a expansão dos mesmos acarretaria em uma sobreposição das cidades sobre o campo.

Para entender-se a conceituação de rural, segundo Paulino (2007), sob o modo atual de produção, deve-se priorizar a análise dos “três pilares estruturais”, a terra, o trabalho e o capital, sucessivamente, as contradições oriundas desta dimensão triádica.

Como visto e já exposto, há uma intensa discussão teórico-metodológica, do que seria o rural e o urbano, presente em diversos e distintos trabalhos de Geógrafos contemporâneos, mas considero neste, que a conceituação de urbano, esta relacionada, assim como na Constituição Nacional, conforme a lei nacional, que foi criada pelo Decreto-lei 311/38 no Estado Novo, a todo local que apresentar uma sede urbana, não dependendo do número de sua população, nem mesmo de suas densidade, ou relação com outras cidades.

Conceituo o urbano, além da aceitação desta lei nacional, conciliado a classificação de SPOSITO (1988), de que, nos locais que existem aglomeração e fixação de pessoas, não dependendo do número destas populações, juntamente com a divisão social do trabalho, processo fundamental para a organização de classes e base para a sociedade, o espaço é compreendido como urbano.

Sendo assim, adepto a estas idéias, o Distrito de Warta é analisado como urbano, devido a tal localidade, além de apresentar os aspectos necessários conforme discussão de SPOSITO (1988), apresentar também uma sede urbana.

No ponto de vista da aparência, a sede consiste em uma pequeníssima cidade, a qual apresenta uma subprefeitura que funciona apenas para poucos e simplórios elementos da prefeitura, sendo assim, dependendo do Distrito sede do município, no caso de Warta, Londrina, para suprir várias condições, não apenas administrativas.

É necessário ir além da compreensão espacial de urbano e rural para entender a realidade do Distrito de Warta, e para isto, utilizo a discussão do consistente e conceituado, pai da Geografia Moderna no Brasil, Milton Santos (1993), que trabalha com a idéia da existência de duas distintas regiões, a região agrícola e a urbana, sendo que a região agrícola contém cidades e as regiões urbanas contém atividades rurais.

Entende-se por regiões agrícolas, segundo Santos (1993) uma região que apresente sua unidade na inter-relação mundo urbano e mundo rural, são cidades diretamente ligadas às atividades agrícolas, onde o campo comanda a vida econômica e social do sistema urbano.

E regiões urbanas como as regiões que apresentam sua unidade na inter-relação entre fabricação ou terceirização, áreas onde as atividades secundárias e terciárias, nas quais a atividade agrícola é uma mera coadjuvante.

Deste modo, mesmo o Distrito de Warta apresentando todas as características já trabalhadas, considerando-o uma área urbana, classifico-o mesmo, paralelamente, como região agrícola, devido à localidade apresentar intensos e explícitos laços com a produção agrícola.

Juntamente nesta discussão, saliento outra abordagem de Santos (1993) quando cria uma nova separação conceitual da população não levando em conta apenas o aspecto residencial, como é o caso da população urbana, que reside nas cidades, ou mesmo o da população rural que reside no campo, indagando a existência de uma população agrícola, supondo em uma divisão ressaltada no trabalho, relativa aos profissionais que moram nas cidades, mas trabalham no campo, não somente como trabalhadores rurais estacionais, como os bóias frias, mas também como mão-de-obra qualificada, a exemplos dos veterinários, agrônomos, vendedores de agroquímicos, entre outros.

Sendo assim, a população residente no Distrito de Warta, não deve, segundo tal análise, ser classificada como urbana, sendo analisada como população agrícola, já que grande parte da população, segundo informações de trabalhos de campo mantém relações de trabalho diretas ou indiretamente ligadas ao campo, porém, de qualquer modo, é necessário salientar que como o trabalho ainda esta em andamento, tais afirmações podem ser alteradas.

## **Distrito em Questão**

As transformações do campo devido à alteração da produção e modificação nas relações de trabalho ocorreram de maneiras diversas em cada área. No distrito de Warta, que tinha a cafeicultura como base, houve súbita alteração nas bases da produção,



principalmente com a expansão do trigo e da soja, produções mecanizadas que exigem uma pequena quantidade de mão de obra, sendo assim responsáveis, em parte, por um rápido esvaziamento do campo, não só na área em questão como em quase todos os outros distritos.

O esvaziamento pode ser vislumbrado nos dados do Plano Diretor Municipal de 1997, pois a população total do distrito em 1970 era de 5.118 habitantes, sendo que 412 pessoas viviam na área urbana e 4.706 viviam no campo. No ano de 2000, a população total diminuiu para 1497 habitantes, com apenas 565 pessoas vivendo no campo e 932 no núcleo urbano do distrito.

<b>População do Distrito de Warta</b>						
ANO	URBANO	%	RURAL	%	TOTAL	%
1970	412	-	4.760	-	5.118	-
1980	357	- 13,35	956	- 79,69	1.313	- 74,35
1991	481	+ 34,73	810	- 15,27	1.291	- 1,68
2000	932	+ 93,76	565	- 30,24	1.497	+ 15,95

*Fonte: IBGE e Secretaria Municipal de Saúde.*

*Org: Marcel S. R. Manaia.*

Entretanto, a transformação no número de habitantes do Distrito apresenta uma dinâmica particular, pois no ano de 1980 a população urbana local era de 357 habitantes e em 1991 aumentou para 481 pessoas, continuando a crescer nos anos seguintes. Este dado demonstra que de 1970 a 1980 houve um esvaziamento da área urbana, porém, logo após, voltou a crescer.

O Distrito de Warta apresenta características favoráveis para um crescimento devido à proximidade e a facilidade de fluxo com a sede do município e outras cidades, por se localizar próximo a importante rodovia de interligação com Curitiba, capital do Paraná, e com o Estado de São Paulo, além de apresentar como característica principal fundiária a presença de pequenas propriedades com produções diversificadas, que são aquelas que mais empregam pessoas e também, por apresentar a sede da Odebrecht, indústria de torrefação, que contrata somente do distrito cerca de 80 pessoas.

Após trabalho de campo e a realização de entrevistas aos habitantes do Distrito, se pode constatar que a grande maioria saiu da área rural, morou em Londrina e agora vive em Warta. Deste modo, ainda há muito que se analisar neste projeto, que se encontra em andamento, para compreender os reais gradientes de forças entre campo e cidade analisando a interface campo/cidade do Distrito e a dinâmica de suas transformações recentes.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*, Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão nº 702).
- BRAGUETO, Cláudio R. *A inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho*. 1996. Tese – Doutorado – USP. São Paulo.
- CARVALHO, M. S. *A pequena produção de café no Paraná*. 1991. Tese – Doutorado – USP. São Paulo.
- CASTRO, Josué de; *Geografia da fome (o dilema brasileiro: Pão ou Açúcar)*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Gryphus. 1992.
- CASTRO, Josué de; *Geopolítica da fome – Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. 6. ed. São Paulo: Revista e Aumentada, Editora Brasiliense. 1961. 1v.
- CASTRO, Josué de; *Geopolítica da fome – Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. 8 ed. São Paulo: Revista e Aumentada, Editora Brasiliense. 1968. 2v.
- FRESCA Tânia Maria. *A rede urbana do norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004.
- LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. Estudos Avançados: USP. Instituto de Estudos avançados. Vol. 15, n 43. São Paulo: IEA, 2001.
- MARTINE, George; *A trajetória da modernização agrícola a quem beneficia*. in: Lua Nova Revista de Cultura. n. 23. Editora CEDEC, mar 91.
- MARTINS, G. de Souza; *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.
- MARQUES, MARTA I. M., O conceito de espaço rural em questão. In: Terra Livre, AGB, n 19, p 95-112, jul/dez 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Estudos Avançados 43, vol. 15. p. 185-207. set/ago. Dossiê: Desenvolvimento Rural. São Paulo: USP, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e Modernidade: As Transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v.2, n. 21, p. 113-156, jul/dez 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. In: *Revista Espaço & Debates*. São Paulo: Cortez, n. 6, p. 36-54, jun/set 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo de; *Modo capitalista de produção e agricultura*, 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PARANÁ, Secretaria de Educação. *Dados estatísticos da Escola Municipal Armando Rosário Castelo*. Por Maria Judith Montagnini Cardozo, Londrina, 2006-2007. (Não Publicado).
- PAULINO, Eliane T. Delimitações e conceituação do campo e do rural no Brasil: Aspectos Teórico-metodológicos. 2007. In: *Simpósio Nacional o rural e o urbano no Brasil*, I, São Paulo: USP, 2006. (no prelo)
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e Vida: A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná*. 2003. Tese – Doutorado – UNESP. Presidente Prudente.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- SILVA, José Graziano da. *A Globalização da Agricultura*. Embrapa, Jaguariúna, 1997.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- SPÓSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.
- VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2 ed Campinas: Autores associados, 2003.